
Processos inclusivos na educação: reflexões atuais sobre práticas pedagógicas e alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA

11

Inclusive Processes in Education: Current Reflections on Pedagogical Practices and Students with Autism Spectrum Disorder – ASD

Procesos inclusivos en la educación: reflexiones actuales sobre prácticas pedagógicas y estudiantes con Trastorno del Espectro Autista - TEA

Recibido: 31/07/2023

Aprobado: 06/10/2023

Este artículo ha sido aprobado por la editora, Dra. Susana Graciela Pérez Barrera

José Fernando Lima de Oliveira¹

Resumo

A área da educação é amplamente discutida ao longo do tempo, mesmo assim a sua relevância permanece significativa, especialmente no contexto da educação atual. Este artigo aborda o papel da educação inclusiva e das práticas pedagógicas voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA, ao fazer um paralelo com a importância destas práticas educativas inclusivas na atualidade. Dentro desse contexto, a educação inclusiva destaca-se por suas reflexões sobre como os educadores desenvolvem suas práticas de ensino diante dos desafios com respeito à problemática da inclusão com alunos com TEA. Todavia, a política pública de inclusão e a educação inclusiva não abordam as problemáticas das culturas, saberes e práticas pedagógicas, tendo implicações profundas para a educação atual. Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho consiste em refletir de maneira crítica e contextual sobre os conceitos-chave acerca da educação inclusiva e as práticas pedagógicas atuais. Como metodologia de pesquisa, realizou-se um levantamento bibliográfico, incluindo uma contextualização breve de pensadores contemporâneos que se dedicam ao estudo da educação inclusiva, desenvolvendo uma sistematização de temas e teóricos atuais e renomados na educação inclusiva. Por isso, ao final da pesquisa, foi possível encontrar convergências entre a abordagem, avanços e desafios referentes à educação inclusiva e os conceitos fundamentais relativos às práticas desenvolvidas, logo contribuindo assim significativamente para a reflexão sobre a importância da pedagogia inclusiva na atualidade, reafirmando seu impacto positivo na inclusão de alunos com TEA e em todos os estudantes que se beneficiam de uma educação igualitária e acolhedora.

Palavras chave: educação inclusiva, práticas pedagógicas, inclusão e TEA.

Abstract

12

The field of education has been extensively discussed over time, yet its relevance remains significant, especially in the context of current education. This article addresses the role of inclusive education and pedagogical practices aimed at students with Autism Spectrum Disorder - ASD, by drawing a parallel with the importance of these inclusive educational practices in today's world. Within this context, inclusive education stands out for its reflections on how educators develop their teaching practices in the face of challenges regarding the inclusion of students with ASD. However, public inclusion policy and inclusive education do not address the issues of cultures, knowledge, and pedagogical practices, thus having profound implications for current education. In this sense, the main objective of this work is to critically and contextually reflect on key concepts related to inclusive education and current pedagogical practices. As a research methodology, a bibliographic survey was conducted, including a brief contextualization of contemporary thinkers dedicated to the study of inclusive education, developing a systematization of current and renowned themes and theorists in inclusive education. Therefore, at the end of the research, it was possible to find convergences between the approach, advancements, and challenges regarding inclusive education and the fundamental concepts related to the practices developed, thus significantly contributing to the reflection on the importance of inclusive pedagogy today, reaffirming its positive impact on the inclusion of students with ASD and all students who benefit from equal and welcoming education.

Keywords: inclusive education, pedagogical practices, inclusion, ASD.

Resumen

El ámbito de la educación ha sido objeto de amplias discusiones a lo largo del tiempo, sin embargo, su relevancia sigue siendo significativa, especialmente en el contexto educativo actual. Este artículo aborda el papel de la educación inclusiva y de las prácticas pedagógicas orientadas a estudiantes con Trastorno del Espectro Autista - TEA, estableciendo un paralelo con la importancia de estas prácticas educativas inclusivas en la actualidad. En este contexto, la educación inclusiva se destaca por su reflexión sobre cómo los educadores desarrollan sus prácticas de enseñanza ante los desafíos relacionados con la problemática de la inclusión de estudiantes con TEA. Sin embargo, la política pública de inclusión y la educación inclusiva no abordan las problemáticas relacionadas con las culturas, conocimientos y prácticas pedagógicas, lo que tiene profundas implicaciones para la educación actual. En este sentido, el objetivo principal de este trabajo es reflexionar de manera crítica y contextual sobre los conceptos clave en torno a la educación inclusiva y las prácticas pedagógicas actuales. Como metodología de investigación, se llevó a cabo una revisión bibliográfica, que incluyó una breve contextualización de pensadores contemporáneos dedicados al estudio de la educación inclusiva, desarrollando una sistematización de temas y teóricos

actuales y reconocidos en el ámbito de la educación inclusiva. Por lo tanto, al final de la investigación, fue posible encontrar convergencias entre el enfoque, los avances y los desafíos relacionados con la educación inclusiva y los conceptos fundamentales en relación con las prácticas desarrolladas, contribuyendo así de manera significativa a la reflexión sobre la importancia de la pedagogía inclusiva en la actualidad, reafirmando su impacto positivo en la inclusión de estudiantes con TEA y en todos los estudiantes que se benefician de una educación igualitaria y acogedora.

Palabras clave: educación inclusiva, prácticas pedagógicas, inclusión y TEA.

Introdução

A educação inclusiva é um tema de grande relevância na área educacional e tem sido amplamente debatida ao longo do tempo. No contexto atual da educação, sua importância permanece significativa, principalmente quando se trata de alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Reconhecendo tal importância, ao falar sobre processos inclusivos com estes alunos, também nos cumpre refletir acerca dos desafios concernentes às barreiras educacionais que estes alunos enfrentam. Tais barreiras, se constituem como verdadeiros óbices aos processos educativos destes alunos, cuja condição por muito tempo esteve à margem dos seus direitos, pois apesar de integrados dentro das salas de aula, estes não estavam incluídos nas práticas pedagógicas.

A Carta de Salamanca (Brasil, 1997), junto da política nacional de educação inclusiva (Brasil, 2017) e a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012) além de disponibilizar recursos importantes para se pensar os processos de ensino e a aprendizagem destes alunos, também oferecem o marco legal para tal. No entanto, nos cumpre refletir se de fato estas ações educacionais, se sustentam nos aportes teóricos e políticas citadas a fim de se materializarem nas práticas pedagógicas atuais. O objetivo do presente artigo consiste em se dedicar a refletir sobre o papel da educação inclusiva e das práticas pedagógicas voltadas para esses alunos, estabelecendo um paralelo com as práxis educacionais atuais.

Neste sentido, custa-nos sinalizar que o Transtorno do Espectro Autista é uma condição neuropsiquiátrica que aparenta dificuldades na comunicação social e, por vezes, comportamentos repetitivos e interesses restritos. Essa é uma condição que afeta o neurodesenvolvimento, manifestando-se nos primeiros anos de vida de uma pessoa e persistindo ao longo de sua vida. As pessoas com Transtorno do Espectro Autista podem apresentar uma ampla variedade de sintomas e níveis de gravidade, desde casos mais leves até formas mais severas da condição. Alguns indivíduos podem ter dificuldades em

entender e expressar emoções, dificuldades em estabelecer relações sociais, comportamentos repetitivos e estereotipados, problemas significativos para compreender a linguagem conotativa, assim como metáforas, além de apresentar também sensibilidades sensoriais. Por levarmos em consideração estas prováveis situações, no aspecto educacional, um aluno com TEA enfrenta não só significativos desafios para aprender, mas também para ser incluído nos ambientes de aprendizagem. (Gaiato, 2018)

Temos por proposta discutir de uma maneira crítica, reflexiva e contextualizada sobre os conceitos-chave relacionados à educação inclusiva, a disposições políticas e às práticas pedagógicas contemporâneas. Para isso, adotou-se uma metodologia baseada em levantamento bibliográfico, que incluiu a contextualização de pensadores contemporâneos engajados no estudo da educação inclusiva, bem como uma sistematização de temas e pesquisadores renomados nessa área. Para tanto, consideramos não só as experiências acadêmicas e científicas apresentadas por meio de estudos dos últimos anos, como também aliamos as perspectivas de autores renomados e marcos teóricos, especialmente de Ainscow (2009) e Sasaki (2003).

A política pública de inclusão e a própria educação inclusiva abordam as complexidades das culturas, saberes e práticas pedagógicas, tendo implicações profundas para a educação na atualidade e se constituem como ferramentas valiosas para se refletir as práticas, assim como a democratização do ensino. Essa perspectiva crítica que defendemos aqui acerca das práticas pedagógicas torna-se especialmente valiosa ao lidar com a diversidade presente em ambientes educacionais inclusivos, onde os alunos com Transtorno do Espectro Autista têm espaço assegurado por estas disposições legais, porém, como veremos a seguir, muitos na prática ainda padecem de largo dos processos de inclusão que se constituem essenciais para aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Por meio destes recursos, notamos que a educação inclusiva ocupa um lugar de destaque nessas reflexões, especialmente quando se considera como os educadores enfrentam os desafios da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista em suas práticas de ensino. Os conceitos discutidos neste contexto são de extrema importância para a promoção da igualdade e empoderamento dos alunos com o referido transtorno, permitindo-lhes desenvolver habilidades fundamentais para suas vidas e para a sociedade em geral. Contudo, relatam-se profundos desafios no processo de inclusão destes alunos, posto que estão envolvidos por uma problemática difusa ante as suas peculiaridades, ao preparo docente quanto à questão e entre as disposições legais.

Nos tempos atuais, é motivo de celebração ressaltar os avanços significativos que têm sido alcançados no campo da educação inclusiva nos últimos tempos. A maior conscientização sobre a importância da inclusão, aliada

ao esforço de profissionais da educação, pesquisadores e ativistas, têm resultado em políticas públicas mais inclusivas e em práticas pedagógicas mais sensíveis às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Porém, notamos que a construção de um ambiente escolar verdadeiramente acolhedor e respeitoso, onde a diversidade é valorizada e celebrada, também se apresenta como um desafio muito significativo. Portanto, torna-se relevante desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo uma cultura de respeito à diferença e à singularidade de cada aluno, baseadas nos pilares centrais da educação inclusiva. Somente dessa forma será possível criar um espaço verdadeiramente inclusivo, no qual todos os estudantes se sintam pertencentes e amparados. Compreendemos que a valorização do diálogo e da formação continuada para os educadores também tem sido um aspecto fundamental na promoção de práticas inclusivas de qualidade.

Dessa forma, a trajetória rumo à efetiva inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista e demais necessidades educacionais especiais requerem o contínuo engajamento de toda a sociedade, assim como um investimento contínuo em pesquisas, formações e recursos adequados, garantindo assim que cada aluno tenha acesso a uma educação plena e significativa. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde todos os indivíduos sejam valorizados e respeitados em suas singularidades.

Ao longo da pesquisa, foi possível identificar convergências entre a abordagem da educação inclusiva e os conceitos fundamentais que orientam as práticas desenvolvidas em sala de aula, fazendo pontes teóricas relevantes para se pensar as essas práticas pedagógicas, chegando-se a conclusão que embora haja significativos avanços, ainda temos muito o que progredir. Essa constatação reforça a importância da educação inclusiva no contexto atual estar em constantes debates, reafirmando seu impacto positivo nas práticas pedagógicas voltadas para alunos com Transtorno do Espectro Autista, bem como em todos os estudantes que se beneficiam de uma educação igualitária e acolhedora.

Marco teórico

Ao longo da história, várias concepções divergentes analisaram o fenômeno da pessoa com autismo por diferentes ângulos, os quais, por sua vez, influenciaram de maneira significativa a maneira como a sociedade percebia tais indivíduos. Quando Kanner (1943) usou a terminologia de autismo, onde em sua visão as crianças nasciam sem interesse afetivo pelas outras pessoas; mais tarde, Asperger, trabalhou a visão indivíduos com problemas sociais, mas boa linguagem (Lima, 2021). Mais recentemente, a perspectiva de Gaiato (2018) versa sobre condições variadas de comprometimento social, nas quais há um

espectro de situações e níveis. A partir disso, estudar o conceito histórico por trás do Transtorno do Espectro Autista faz jus, em primeiro lugar, em compreender a percepção de como esse transtorno evoluiu ao longo do tempo. Ao analisar as mudanças nas definições, diagnósticos e abordagens terapêuticas relacionadas ao referido, podemos identificar avanços significativos na área e, ao mesmo tempo, reconhecer os desafios e estereótipos que ainda persistem.

Por outro lado, compreender o conceito histórico do Transtorno do Espectro Autista nos ajuda a situar esse transtorno em um contexto mais amplo de desenvolvimento da psiquiatria e da psicologia, posto que nos permite analisar como as perspectivas sobre ele foram influenciadas por teorias e modelos científicos ao longo do tempo, onde se evidencia a visão mais abrangente de como as ciências da mente evoluíram. Outro aspecto relevante é a reflexão sobre como as concepções históricas do transtorno podem ter impactado a vida das pessoas com o transtorno e suas famílias. Neste sentido, tal retorno ao passado nos permite compreender as práticas sociais, educacionais e de saúde que foram adotadas em diferentes períodos históricos e como elas podem ter afetado a inclusão e o bem-estar destas pessoas. (Lima, 2021; Rodrigues, 2003)

Inicialmente, Kanner (1943), expondo sua pesquisa sobre o tema, foram descritos através de relatos de familiares que os comportamentos de pessoas com o transtorno, que eram referidos como "se bastando a si mesmas", "vivendo em seu próprio mundo", "mais satisfeitas em ficar sozinhas", "agindo como se não notassem a presença dos outros" e "totalmente alheias ao que acontece ao seu redor". Todavia, cumpre observar o quanto isso custou para uma visão estereotipada e preconceituosa por reforçar uma perspectiva errônea sobre o tema, ignorando a diversidade de experiências e habilidades que pessoas com esse transtorno podem ter.

Mais tarde, por volta de 1970, Lorna Wing, conduziu uma pesquisa epidemiológica que levou à constatação de que todas as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista apresentavam um conjunto específico de características, agrupadas nos seguintes sintomas: restrição na participação em interações sociais; significativa diminuição da capacidade de se envolver em convívio social, o que dificulta a comunicação receptiva e expressiva; e redução das habilidades imaginativas e fantasiosas, resultando em um repertório comportamental limitado. Esses três sintomas ficaram conhecidos como "Tríade de Lorna Wing". Mesmo com tantos estudos, chegou-se à teoria biológica que afirmava que o Transtorno do Espectro Autista era resultado de fatores biológicos, tendo ainda outras possibilidades ao postular haver evidências de outra teoria, como a questão genética. No entanto, mesmo com muitas alegações apontando para fatores genéticos no Transtorno do Espectro Autista, antigo autismo, essa teoria ainda não é considerada perfeita ou

conclusiva. (De Oliveira Lima, De Almeida, De Oliveira Marquesa, & Sousa, 2021)

No contexto atual, apesar de alguns avanços conquistados, ainda é possível observar a persistência de concepções errôneas a respeito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, principalmente no que diz respeito às interações sociais. Frequentemente, esses indivíduos são erroneamente vistos ou interpretados como sujeitos que preferem o isolamento, que não demonstram interesse em participar de atividades ou que não respondem a expressões de afeto. Essas percepções equivocadas podem levar a estigmas e dificultar a compreensão plena das necessidades e potencialidades das pessoas com o transtorno, reforçando a importância de uma abordagem mais esclarecida e inclusiva em relação a essa condição.

Na atualidade, apesar de algumas conquistas, ainda se percebem muitas concepções errôneas sobre as pessoas com TEA, especialmente nas relações sociais. Geralmente, são considerados ou interpretados como sujeitos que preferem estar sozinhos, que não demonstram interesses nas atividades ou que não reagem ao afeto. (Madureira, Xavier, Costa, & Dos Santos Flexa, 2022, p. 26)

Por sua vez, Nuremberg (2016), define o autismo como um transtorno do desenvolvimento, cuja classificação varia de acordo com o nível de comprometimento, demonstrando uma abordagem diagnóstica dimensional que abrange diversas síndromes e transtornos. Além disso, o autor enfatiza que o Transtorno do Espectro Autista não possui uma causa específica ou única identificada para o autismo.

Em se tratando do contexto educacional e em razão das questões citadas, relatam-se problemáticas profundas para a inclusão destes alunos nas instituições de ensino. Deste modo, sinaliza-se que entre os desafios mais comuns encontram-se dificuldades na comunicação e na interação social, o que pode afetar sua capacidade de se relacionar com colegas e professores. Considerando que a interação entre professor e aluno é o alicerce desse processo educacional, fica evidente que a falta de comunicação representa um grande obstáculo, resultando em inúmeras dificuldades. Nos casos de alunos com Transtorno do Espectro Autista, é notável que, frequentemente, eles acabam sendo excluídos das atividades do grupo em que estão inseridos, o que torna o processo de aprendizado ainda mais desafiador para eles. (Ainscow, 2009)

Por outro lado, se constitui altamente relevante tomar nota que o processo de inclusão inicia-se com a entrada do aluno na escola, porém é fundamental assegurar sua permanência e progresso educacional, com o objetivo de promover a diversidade e enriquecer a cultura escolar e as práticas pedagógicas e a inclusão destes alunos é tão fundamental quanto necessária para a

aprendizagem e permanência deles nos espaços educativos. (De Oliveira Lima, De Almeida, De Oliveira Marquesa, & Sousa, 2021)

Contudo, nesta visão, não falamos de incluir por caridade ou beneficência das instituições de ensino, mas de democratização dos espaços sociais. Neste sentido, a lei 12.764/2012, vem assegurar a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Baumel (1998), por sua vez, sinaliza referir-se, portanto, à construção de uma escola que acolhe todas as diversidades e se ajusta à ampla variedade humana, criando um ambiente propício para o florescimento das habilidades de todos.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB representa um marco importante na legislação educacional brasileira ao enfatizar o princípio da inclusão como um dos fundamentos da educação no país. Nesse contexto, cabe à escola assumir um papel fundamental na promoção de uma sociedade mais inclusiva, na qual todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, sejam acolhidas e tenham garantido o direito à educação, logo promover a inclusão não significa apenas matricular os alunos com deficiência ou transtornos do desenvolvimento na escola regular, mas sim assegurar que eles tenham acesso a uma educação de qualidade, participem plenamente das atividades escolares e tenham suas especificidades respeitadas. (Brasil, 1996)

Colaborando nesta linha, Madureira, Xavier, Costa e dos Santos Flexa (2022), dissertam que para uma instituição escolar pensar nesta temática significa transcender o conceito puro e simples de integrar, no qual há apenas a convivência no mesmo espaço com os demais, amadurecendo-se no estar voltado para todos a despeito de suas peculiaridades, onde: “[...] uma escola inclusiva é assim, um tipo de comunidade educativa cujas práticas respondem à diversidade dos seus alunos, atendendo às necessidades emocionais, acadêmicas e sociais que os mesmos manifestam”. (p. 10)

Dentro dessa perspectiva, pode-se conceituar a inclusão como o ato ou resultado de abranger, acolhendo os indivíduos, especialmente no contexto escolar, envolvendo aqueles com deficiências em meio a outros que não as possuem, dando atenção a todos dentro de suas particularidades. No caso específico dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, a inclusão se constitui altamente salutar, posto que é impossível discutir sobre esse tema sem considerar o outro e sua participação ativa na sociedade. Para Rodrigues (2003), a ideia de inclusão está intrinsecamente ligada à diversidade presente no ambiente escolar, onde, apesar de não haver espaço para exclusões, elas ainda existem. Para que a escola seja verdadeiramente inclusiva, é necessário atender a três pilares essenciais: promover transformações curriculares, metodológicas e organizacionais. (Brasil, 2015)

Diante disto, é possível compreender que a noção de inclusão na escola vai além de uma mera coexistência de alunos com diferentes características. A inclusão efetiva requer uma prática pedagógica intencional, na qual a intencionalidade se torna um elemento fundamental para o sucesso da aprendizagem. Por esta razão, Madureira, Xavier, Costa e dos Santos Flexa (2022) nos diz:

E se assim ela se apresenta, significa dizer que a ideia de prática pedagógica está estritamente ligada ao fato da intencionalidade, a saber, um evento de cunho pedagógico só terá sentido de aprendizagem efetiva se em sua realização estiver implicado propósitos significativos e intenções relativas a uma prática. (p. 27)

A partir disso, torna-se imprescindível entender que essa prática vai além de simplesmente implementar ações de ensino, posto que para se caracterizar genuinamente pedagógica, ela deve abranger a reflexão contínua e coletiva, garantindo que suas intenções e propósitos sejam acessíveis a todos os envolvidos. Somente quando buscar efetivamente a construção de práticas que viabilizem a concretização das intenções propostas, é que poderá ser considerada uma prática verdadeiramente pedagógica. Essa abordagem reflexiva e inclusiva é essencial para promover uma educação de qualidade e eficaz para todos os estudantes, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista, proporcionando-lhes oportunidades equitativas e significativas para seu desenvolvimento educacional e pessoal. Franco (2016), endossa tal perspectiva ao sinalizar:

Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados. (p. 536)

Nesta discussão, se torna ainda relevante ponderar uma questão frequentemente levantada por alunos ou participantes em palestras sobre o tema, cuja pergunta tenta dar conta de compreender se toda prática docente pode ser considerada uma prática pedagógica. A resposta é que nem sempre. A prática docente só pode ser considerada pedagógica quando está inserida em uma intencionalidade específica planejada para a ação educativa. Nesse sentido, um professor que compreende o propósito de sua aula em relação à formação do aluno, que sabe como sua aula contribui para o desenvolvimento desse aluno, que está consciente do significado de sua atuação, possui uma abordagem pedagógica diferenciada. Esse professor dialoga com as necessidades do aluno, incentiva seu aprendizado, acompanha seus interesses,

esforça-se para promover a construção do conhecimento e acredita no valor e relevância do aprendizado para cada aluno individualmente. (Franco, 2012).

Portanto, ao exercer sua prática docente, o professor pode ou não agir de forma pedagógica, o que requer reflexão crítica e a consciência de que sua ação precisa ser intencional, fazendo sentido para o aluno. É essencial que os objetivos pretendidos sejam claros e evidentes ao longo desse processo e, do mesmo modo, tenha aderência com a realidade dos alunos os quais são alvos desta práxis.

Em contraste, não podemos deixar de reconhecer que ainda existem diversos obstáculos a serem superados dentro desta lógica de inclusão. Esses desafios se manifestam por meio de ambientes restritivos, políticas discriminatórias e atitudes preconceituosas que marginalizam minorias e diferenças. Para Sasaki (2005):

[...] se manifestam por meio de seus ambientes restritivos, suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças, seus discutíveis padrões de normalidade, seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico, seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea, sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que possuem essas necessidades, suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (escolas, empresas, locais de lazer, transportes coletivos, etc.) (p. 20).

Nestes contextos, estas políticas e estas atitudes preconceituosas ainda estão presentes em diversos setores da sociedade, logo se torna crucial refletir sobre a interação destes alunos, onde garantir o direito de expressão e promover um diálogo mais efetivo, envolve a criação de padrões de interação que favoreçam condições comunicativas mais eficientes, assegurando que todos tenham espaço para participar ativamente, independentemente de suas deficiências. A prática numa lógica inclusiva é uma base sólida para a construção de espaços educativos mais acolhedores, nos quais a diversidade seja verdadeiramente valorizada e respeitada. Porém, tal efetivação desta visão, ainda é um desafio.

Para se ter ideia dos desafios oriundos desta problemática, Madureira, Xavier, Costa e dos Santos Flexa (2022), colocam em cena uma triste realidade na qual, movidos pela apreensão de não atender às expectativas alheias, inclusive em ambientes próximos de convivência, como escola, locais de lazer e festas, esses alunos podem optar por se distanciar.

Por outro lado, do ponto de vista da prática pedagógica, a partir do instante que professor possui conhecimento acerca de seus alunos, assim como do transtorno e suas particularidades, isso contribui para o desenvolvimento de

estratégias e um planejamento mais eficaz de suas ações. Contudo, para estabelecer uma comunicação efetiva com o aluno autista, é fundamental que o educador direcione sua atenção não apenas ao método de ensino, mas também se preocupe verdadeiramente com a pessoa em si. (Pereira, 2019).

Por fim, com tudo isso, sustentamos a visão sobre a qual a pessoa com Transtorno do Espectro Autista deve ser reconhecida e compreendida como alguém com habilidades para comunicar seus desejos e sentimentos. No ambiente escolar, ela possui um potencial criativo que pode auxiliar os professores no desenvolvimento do trabalho pedagógico, assim como na reflexão do papel dos educadores. Mesmo assim, esse processo deve estar fundamentado no respeito e na compreensão das particularidades e individualidades de cada aluno.

Materiais e métodos

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, na qual foram analisadas uma multiplicidade de materiais publicados, entre livros, artigos científicos, monografias e dissertações, com ênfase nos conceitos relativos à educação inclusiva e a problemática de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, foram estabelecidas conexões com autores contemporâneos que também discutem e contribuem para o tema, resultando em uma abordagem atualizada que levou em conta tanto autores de renome no tema, quanto pesquisas mais recentes. Do mesmo modo, desenvolvemos um levantamento sistemático das políticas públicas de apoio (Brasil, 1997; Brasil, 2012).

É importante ressaltar que os dados coletados por meio dessa revisão bibliográfica, uma vez que se discutem conceitos e ideias relevantes para as práticas pedagógicas contemporâneas, logo, se considera as concepções que se tornaram o marco teórico na educação inclusiva, como Sasaki (2005) e sua valorização da educação inclusiva, Franco (2016), Gaiato (2018), Nuremberg (2016) com estudos relevantes para compreensão da TEA e Ainscow (2009), que sustenta uma análise sobre as políticas públicas. Importa ponderar que embora algumas destas obras tenham sido desenvolvidas há alguns anos, suas reflexões e sua aplicação prática ainda são extremamente valiosos para a práxis não apenas sobre as estratégias de ensino em sala de aula, mas também para o papel do educador na atualidade. A abordagem de enfoque qualitativo selecionada se constitui altamente eficaz por ter uma metodologia de pesquisa que busca compreender e interpretar fenômenos sociais de forma aprofundada e contextualizada. Assim sendo, este estudo valoriza a subjetividade dos indivíduos e a complexidade dos contextos em que os fenômenos ocorrem, por meio das experiências coletadas nesta revisão bibliográfica (Creswell, 2021).

A abordagem defendida aqui se constitui especialmente útil em investigações que visam compreender processos sociais, culturais e psicológicos, além de possibilitar a identificação de novas perspectivas e insights que podem contribuir para o conhecimento e a compreensão de determinado fenômeno. Em suma, este estudo qualitativo se torna uma poderosa ferramenta para refletir e compreender a realidade social de forma mais profunda e abrangente como é a do fenômeno da educação inclusiva, as políticas públicas e das práticas pedagógicas com alunos com o Transtorno do Espectro Autista na atualidade (Creswell, 2021).

Por outro lado, as reflexões aqui postas são altamente pertinentes às demandas atuais relacionadas aos processos individuais e ao papel da educação como uma ferramenta para o desenvolvimento de estratégias inclusivas e educacionais efetivas. A pesquisa destaca que o acesso à educação é um direito de todos e, portanto, as reflexões realizadas aqui são mais do que relevantes para o contexto atual. Neste cenário em constante transformação social, as reflexões sobre as práticas inclusivas ainda se mostram pertinentes para o entendimento e aprimoramento das práticas educacionais, tornando-se uma referência importante para os educadores e para o avanço da educação em nossos tempos.

Do mesmo modo, considerando que vivemos em uma época em que as demandas sociais estão em constante mudança, a pesquisa sobre práticas inclusivas torna-se ainda mais crucial. É fundamental que a educação acompanhe essas mudanças e se adapte às necessidades dos estudantes em um mundo cada vez mais diverso e interconectado. Portanto, as reflexões e pesquisas de Cláudio Sasaki (2005) e Mel Ainscow (2009) têm o potencial de se tornarem uma referência importante para os educadores e para o avanço da educação em nossos tempos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária através da educação.

Como possíveis resultados práticos, sociais e acadêmicos deste estudo, podemos compreender o fenômeno e assim desenvolver reflexões pertinentes, as quais contribuem para o avanço da educação inclusiva, uma vez que reflete sobre as demandas sociais contemporâneas e busca adaptar as práticas educacionais às necessidades dos estudantes em um mundo cada vez mais desafiador e em constante mudança, valorizando ainda o potencial das práticas pedagógicas inclusivas e a compreensão das políticas públicas de apoio, cuja importância se torna fundamental para garantir o acesso à educação como um direito de todos os indivíduos.

Resultados

A análise dos pesquisadores estudados aponta uma convergência na visão que existe paradigma desafiador da inclusão e dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, cuja constituição indica um relevante tema para a educação

atual, onde há a demanda para que as instituições de ensino transformem sua organização e funcionamento para garantir que nenhum estudante seja excluído ou deixado para trás. Neste sentido, a educação inclusiva representa um modelo educacional que demanda, uma reestruturação das escolas, de modo a atender a todas as pessoas, sem importar suas condições ou características individuais, objetivando assegurar que nenhum indivíduo seja marginalizado ou excluído do processo educacional.

Para este fim, na visão inclusiva, as investigações acerca da prática pedagógica para pessoas com Transtorno do Espectro Autista assumem um papel de missão crucial nas escolas. Esses estudos têm uma relevância ímpar ao proporcionar uma compreensão aprofundada das estratégias de ensino mais efetivas para esse público específico. Da mesma forma que as pesquisas acadêmicas desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento, elas assentam bases significativas para a prática pedagógica efetiva, além de também orientarem o trabalho dos professores, permitindo-lhes compreender que os alunos com o transtorno, posto que demandam uma atenção individualizada e adequada aos diferentes níveis do espectro. Essa abordagem demanda a aplicação de metodologias de ensino personalizadas nas escolas, que sejam cuidadosamente ajustadas às necessidades e características individuais de cada aluno, conforme definido por laudos e diagnósticos. (Madureira, Xavier, Costa e Dos Santos Flexa, 2022)

Importa frisar que atualmente, percebe-se que a temática da inclusão escolar, que antes passava despercebida e pouco discutida, ganhou uma notável visibilidade. Provavelmente, isso é corroborado pelos dados do censo escolar de 2017, os quais por sua vez revelam um significativo aumento nas matrículas de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares ao longo das últimas décadas. Esse expressivo crescimento reflete o progresso e o compromisso crescente da sociedade em promover uma educação mais inclusiva e acessível a todos, independentemente de suas diferenças e características individuais e para se ter ideia de tal crescimento, registra-se um número de cerca de 20 entre cada 10 mil nascidos, com diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista. (Pereira & Nunes, 2018)

Todavia, o consenso da visão dos pesquisadores sinaliza que o caminho sinuoso para a efetiva inclusão escolar demanda o olhar atento e respeitoso para todos os alunos, reconhecendo suas particularidades e garantindo-lhes igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver plenamente no ambiente educacional. Todavia, a partir das concepções de educação inclusiva, nota-se que um sistema educacional é verdadeiramente inclusivo é aquele quando acolhe todos os alunos, lhes oferecendo a capacidade de aprender, indistintamente, logo, valoriza e respeita a diversidade presente entre elas, incluindo diferenças de deficiência ou habilidade, classe social, estado de saúde e outras condições (Ainscow, 2009).

Da mesma forma, embora haja este reconhecimento com o aumento dos números relativos às matrículas de alunos, o tema das necessidades especiais no âmbito educacional ainda apresenta desafios significativos. Desde a identificação dessas demandas específicas até o domínio de técnicas, adaptações curriculares e avaliativas adequadas, evidenciando que ainda existem obstáculos a serem superados. Além disso, é essencial compreender as interações entre a escola e a família, tanto para os alunos com Transtorno do Espectro Autista quanto para aqueles sem necessidades educacionais especiais, de maneira geral. Essas dificuldades demandam uma abordagem cuidadosa e abrangente, buscando estratégias e soluções para proporcionar uma educação inclusiva e efetiva a todos os estudantes e para jogar sal na ferida, Madureira, Xavier, Costa e dos Santos Flexa (2022), relatam que a produção de estudos dedicados a compreender esta problemática ainda é escassa no que se refere à prática pedagógica voltada para o atendimento destes alunos. Lima (2021), endossa a questão ao sustentar essa visão, pontuando o seguinte:

A inclusão escolar do aluno com TEA [Transtorno do Espectro Autista] ainda se constitui como um desafio especialmente para professores, no que diz respeito a estimular o seu desenvolvimento e aprendizagem, uma vez que os educandos que estão no referido espectro, na maioria das vezes, não aprendem pelos meios tradicionais, o que requer certo nível de criatividade por parte do educador na sua prática pedagógica. (Lima, 2021, p. 40)

Almeida (2022), traz uma visão problemática sobre tais professores, posto que nutrem posturas contraproducentes frutos de equívocos sobre estes alunos, e que tais estariam deixando como o medo em atuar com eles. Ora, França (2011) explica isso ao sinalizar que este medo parte, infundadamente, do que não se conhece, portanto tal temor escancara a necessidade de se problematizar e conhecer tal tema.

Pesquisadores como de Moura, da Silva Conceição e de Oliveira (2023), concluem que parte dos problemas enfrentados por estes alunos é proveniente dos agentes educacionais, os quais, por vezes se tornam parte do problema.

Destarte, o caminho nesta direção é oblíquo, o qual implica numa necessidade expressa de uma transformação profunda em nossos paradigmas educacionais. Essa jornada demanda a revisão e reformulação do sistema de ensino, visando alcançar uma abordagem verdadeiramente inclusiva. Nesse contexto, o princípio da normalização desempenha um papel essencial, buscando garantir a igualdade de oportunidades e serviços para todos os indivíduos. Esta conquista exige, assim, o comprometimento com a quebra de barreiras e a construção de um ambiente educacional acolhedor, onde cada estudante possa desenvolver seu potencial plenamente. Segundo de Oliveira (2021): “Implica uma quebra de paradigmas, e a reformulação do nosso sistema

de ensino [...], implica também o cumprimento do princípio da normalização, que tem como objetivo tornar os serviços e oportunidades iguais para todos". (p. 7-8)

Do mesmo modo, a partir das proposições de Ainscow (2009) e Franco (2016) e Sasaki (2005), compreendo que para além das escolas necessitam rever seus Projetos Políticos Pedagógicos - PPP, em prol de uma gestão democrática e inclusiva, também se torna relevante refletir sobre as práticas pedagógicas, como se ensina, interage e se coloca diante de tais alunos, se constituem em demandas fundamentais também e para tanto, todos os educadores necessitam estar engajados profundamente na problemática da inclusão.

Apple (1995) chama a atenção para o fato de que para se pensar em práticas educativas inclusivas, torna-se muito necessário ir além destas práticas, repensando-se também os currículos utilizados nestes PPP e para tanto há uma urgência neste sentido.

Por consequência, também urge a necessidade que o professor possa promover o pleno desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista, e que de maneira fundamental que ele esteja familiarizado com a diversidade e as particularidades desse estudante, conhecendo suas características individuais, cujo resultado dará ao educador a qualidade para identificar as melhores estratégias de ensino, de forma a adaptá-las às necessidades específicas do aluno, visando explorar e desenvolver todo o seu potencial. Ao compreender a singularidade de cada estudante com o transtorno, o professor estará capacitado para criar um ambiente inclusivo e acolhedor, no qual o aluno se sinta valorizado e apoiado em seu processo de aprendizagem. (Pereira, Lacerda e Teixeira, 2022)

A partir disso, conclui-se que é evidente que a prática pedagógica deve direcionar sua atenção para as necessidades desse grupo de alunos também, priorizando suas habilidades em vez de suas limitações, proporcionando assim uma verdadeira inclusão, na qual eles se sintam acolhidos e valorizados em suas particularidades. Caso contrário, o resultado natural para a falta de conhecimento para compreender as particularidades dos comportamentos do autismo resultou em dificuldades e/ou afastou as pessoas com essa condição de práticas sociais e pedagógicas essenciais para o seu desenvolvimento pleno. (Madureira, Xavier, Costa e Dos Santos Flexa, 2022)

Fundado nisso, compreendemos que em meio aos tantos desafios da busca pela equidade e inclusão de alunos com deficiências no âmbito educacional, é imprescindível direcionar nosso olhar para os educandos que, lamentavelmente, ainda constituem minorias excluídas no sistema escolar. Entre esses grupos vulneráveis, encontram-se os estudantes com necessidades educacionais especiais, como os alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Esses indivíduos, em virtude de suas particularidades, frequentemente demandam adaptações e apoios significativos para que possam usufruir plenamente do processo de aprendizagem e integração social. Infelizmente, muitas vezes, suas capacidades são subestimadas e suas potencialidades são ofuscadas por expectativas reducionistas que não refletem sua riqueza de habilidades e talentos. Neste contexto, é essencial aprofundar a compreensão sobre os obstáculos enfrentados por esses alunos e promover um ambiente escolar que acolha e valorize verdadeiramente suas diversidades, assegurando-lhes oportunidades educacionais igualitárias e enriquecedoras.

Lima (2021) ao refletir sobre estas práticas pedagógicas endossa essa perspectiva ao assinalar:

[...] visto que esses educandos constituem as minorias excluídas que, geralmente, requerem adaptações mais significativas para terem acesso pleno à aprendizagem e ao convívio comum, pois as próprias expectativas criadas em torno desses alunos são bastante reducionistas. (p. 40)

Por um lado, compreendemos que, diante dos desafios, às práticas pedagógicas falham ao se efetivar, podendo significar uma fragilização que pode se dar em razão da vulnerável compreensão geral deste fenômeno por parte dos educadores. Desta maneira, mais uma vez se esbarra na falta de estudos, debates, reflexão e formação sobre o tema. Segundo Pereira e Nunes (2018): “[...] contribuintes para a ocorrência de fenômenos dessa natureza destacam-se a deficitária formação docente e a escassez de adaptações curriculares promovidas pela escola” (p. 941). Almeida (2022) traz uma visão desta escassez de estudos, quando oferece uma perspectiva atual sobre essa pronta urgência de pesquisas abordando práticas pedagógicas relacionadas a este determinado grupo de indivíduos.

Ao conduzir a análise minuciosa dessas produções, fica evidente que há uma notória falta de pesquisas nesse campo específico. Através da leitura completa das obras pesquisadas, a conclusão se revela clara: existe uma lacuna significativa em relação às práticas pedagógicas voltadas para esses sujeitos em questão. Essa constatação é particularmente relevante, pois destaca uma carência de conhecimento e de informações essenciais para embasar o trabalho educacional com esse grupo específico de alunos.

Podemos deduzir assim que a ausência de estudos aprofundados nesse âmbito pode dificultar a compreensão de suas necessidades e desafios específicos, bem como a identificação das melhores estratégias para promover sua aprendizagem e desenvolvimento pleno. Ainda segundo esta pesquisadora, a partir dos levantamentos de dados realizados, torna-se possível analisar as produções relacionadas à educação de sujeitos com Transtorno do Espectro Autista, ao mesmo tempo que a temática da inclusão escolar é abordada em 32,50% (26 produções) dos trabalhos. Por outro lado, o tema "práticas

pedagógicas" é abordado em apenas seis produções (7,25%). Esses dados nos levam a refletir sobre o fato de que a maioria das produções tratam da inclusão escolar de forma geral, sem abordar, ao menos, um aspecto específico da inclusão destes alunos nas práticas pedagógicas. Essa constatação revela uma tendência preocupante na produção de conhecimento sobre a educação de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.

Embora a inclusão escolar seja uma temática relevante e necessária, é importante que as pesquisas também se aprofundem em aspectos mais específicos, como por exemplo as práticas pedagógicas voltadas para esses alunos. Ao se concentrar predominantemente na abordagem genérica da inclusão, pode-se negligenciar a compreensão das necessidades individuais dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista e das estratégias pedagógicas mais adequadas para atender suas demandas específicas. A falta de ênfase nas práticas pedagógicas pode limitar a eficácia da inclusão e, conseqüentemente, prejudicar o desenvolvimento e a aprendizagem desses alunos. Essa lacuna na abordagem das práticas pedagógicas pode ser um reflexo da complexidade envolvida no atendimento de alunos com o transtorno. (Almeida, 2022)

Por outro, sabendo-se que a educação inclusiva se faz valer num olhar atento e personalizado para as necessidades de cada aluno, implica-se assim em uma investigação mais aprofundada e detalhada das estratégias pedagógicas a serem adotadas. Portanto, é fundamental que futuras pesquisas e estudos na área da educação inclusiva ampliem seu escopo para além da temática geral da inclusão, contemplando também as práticas pedagógicas específicas para alunos com o transtorno. Somente assim será possível avançar de forma significativa na promoção de uma educação inclusiva, capaz de oferecer uma formação de qualidade e que respeite a singularidade de cada estudante.

Contudo, Silva (2023) chama a atenção que tais práxis educativas sejam calcados em investigações precisas, nas quais se façam valer o que ela reporta-se de práticas baseadas em evidências.

Além das reflexões já abordadas nesta discussão, outro fator muito significativo que por vezes passa despercebido, a relevância da formação inicial e continuada dos professores. Essa formação desempenha um papel muito relevante nos processos de inclusão escolar e nas práticas pedagógicas exercidas com estes alunos. É notório que a escola inclusiva, embora seja uma premissa necessária, ainda está em processo de construção no que diz respeito à efetiva implantação, organização e execução das práticas pedagógicas inclusivas. Nesse contexto, a capacitação adequada dos educadores torna-se um pilar fundamental para proporcionar uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências ou outras necessidades educacionais especiais.

Outro fator que deve ser considerado é a relevância da formação inicial e continuada dos professores, pois contribui diretamente nos processos de inclusão escolar, inferindo-se que a escola para todos ainda está em construção quanto à implantação, organização e execução das práticas pedagógicas inclusivas. (Madureira, Xavier, Costa e Dos Santos Flexa, 2022, p. p. 31)

Nesta ótica, torna-se pertinente mencionar as colocações de Barberini (2016) sobre o tema, cujo autor afirma que a inclusão ainda é uma realidade relativamente nova para os professores, o que pode gerar sentimentos de medo e impotência diante da presença de pessoas com deficiência nas instituições escolares. Assim, a presença de especificidades em pessoas com diversas características, como síndromes, combinada com a adoção de práticas pedagógicas não adaptadas, torna desafiador o trabalho de intervenção adequada para esses alunos.

Por conseguinte, Barberini (2016) aponta que esse cenário pode gerar insegurança nos professores ao lidarem com essa diversidade em sala de aula. A dificuldade em oferecer um atendimento individualizado a esses alunos pode ser um desafio para muitos educadores, dada a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas e desenvolver estratégias que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Nesse contexto, a formação adequada dos professores e o acesso a informações atualizadas sobre educação inclusiva tornam-se ainda mais essenciais para que os educadores se sintam preparados e capacitados para lidar com a diversidade em sala de aula. A busca por uma educação inclusiva e de qualidade requer um esforço conjunto da sociedade, das instituições educacionais e dos docentes, visando criar ambientes de aprendizagem acolhedores, acessíveis e efetivamente inclusivos para todos os alunos.

Todavia, a realidade atual aponta um cenário onde ainda tais mudanças ainda são incipientes, pois apesar dos alunos autistas estarem nas salas de aula regulares, ainda enfrentam situações de exclusão e muito embora os educadores verbalizem apoio à inclusão, essa postura muitas vezes parece ser apenas uma posição discursiva, uma vez que, ao relatarem suas experiências com o processo de inclusão, transparece um certo ceticismo em relação às possibilidades de sucesso desses alunos, o que traz uma influência diretamente negativa ao processo. Essa atitude pode ser interpretada como uma forma de preconceito, pois eles parecem duvidar das habilidades desses alunos e não acreditam que a mediação possa de fato facilitar a comunicação e a interação social, elementos essenciais para a convivência e o processo de ensino-aprendizagem (Ribeiro, 2013).

No entanto, contrariando esta visão equivocada, de Oliveira Lima, Almeida, de Oliveira Marques e Sousa (2021) citam estudos que foram

realizados a fim de aprofundar a compreensão sobre o tema e os resultados desmistificam o imaginário social que supõe que os alunos com Transtorno do Espectro Autista não podem progredir academicamente. No entanto, por meio de experiências em sala de aula com abordagens e ferramentas adaptadas para estes alunos, mesmo aqueles com transtorno em nível grave são capazes de aprender e, assim, se apropriar dessas habilidades.

Para tanto, se torna muito pertinente tanto aprimorar as reflexões, quanto repensar as práticas pedagógicas. Mais uma vez, vale a pena adotar práticas que estejam alinhadas com a realidade dos alunos e dos professores, levando em consideração o contexto social no qual toda a comunidade escolar está inserida. Esse processo exige um esforço conjunto, bem como a disponibilidade de recursos materiais e apoio técnico e humano, bem como uma constante revisão na formação dos educadores, pois trata-se de um requisito fundamental para o sucesso do ensino e da inclusão, garantindo que eles estejam capacitados e preparados para lidar com a diversidade e atender às necessidades de todos os estudantes (Madureira, Xavier, Costa e Dos Santos Flexa, 2022).

De acordo com Almeida (2022), o resultado natural desta constante revisão não pode ser um, senão aquele que: “[...] a inclusão acontece dentro de sala de aula quando os professores são qualificados para acontecer esta inclusão” (p. 31).

Um caminho possível para lograr êxito nesta proposição é realizar as famosas adaptações pedagógicas por meio de metodologias flexíveis, distantes daquelas que desmotivam os alunos, o qual gera distanciamento. Assim sendo, ao adotar uma avaliação focada em produções transigíveis e observáveis, o professor implementa estratégias de avaliação fluídas, que levam em conta todo o processo de aprendizagem e não apenas o resultado final. O ajuste da metodologia de ensino de acordo com as necessidades dos alunos não implica em grandes mudanças na rotina planejada no plano de ensino, mas sim na melhora na organização do professor e facilita a comunicação com os demais alunos. Essas práticas pedagógicas inclusivas proporcionam oportunidades de aprendizagem igualitárias e a ampliação do conhecimento para alunos com deficiência, garantindo que todos tenham acesso aos conteúdos curriculares de forma adequada.

Endossando a isso, Lima (2021) levanta a necessidade de investir em tempo de qualidade para se refletir as práticas pedagógicas: “Sendo o objetivo do ensino escolar a aprendizagem do aluno, esta requer um planejamento das aulas e atividades para que os objetivos de aprendizagem referentes a cada conteúdo sejam alcançados” (Lima, 2021, p. 22).

Dando maior força a estas proposições, Mitjans Martínez (2008), sinaliza que em prol da promoção da qualidade da inclusão e da aprendizagem, acode-

se a necessidade em adotar práticas pedagógicas ricas e qualificadas, as quais reconhecem a singularidade de cada aluno implica em considerar a diversidade presente na sala de aula, tendo o olhar voltado a uma atuação diversificada por parte do professor para lidar com as múltiplas situações de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes valendo-se que processos de aprendizagem demanda:

[...] desenvolvimento humanos demandam ações diversificadas e criativas se a pretensão é realmente promovê-los de forma efetiva. A consideração dos alunos como sujeitos singulares implica o reconhecimento da diversidade presente na sala de aula e a exigência de uma atuação diversificada em virtude das múltiplas situações de aprendizagem e desenvolvimento que o professor tem que promover e gerenciar [...]. (p. 73)

Neste aspecto, a criatividade desempenha um papel essencial no processo de inclusão escolar, pois ela possibilita valorizar a diversidade e alcançar o objetivo primordial do ensino, que é a aprendizagem dos alunos, cujos conformes de Mitjans Martínez (2008), o sucesso da inclusão depende de diversos fatores, e a criatividade é fundamental em todos eles. Ela permite que os educadores encontrem abordagens inovadoras e adaptadas para atender às necessidades individuais dos estudantes, tornando a aprendizagem mais envolvente e efetiva para todos. Ao integrar a criatividade em sua prática educativa, os professores desempenham um papel significativo na construção de um ambiente inclusivo e enriquecedor para os alunos. Para tanto, o dispositivo legal nos oferece recursos para tal:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras [...] nas comunicações e informações (Brasil, 2008, p. 12).

De toda forma, Beyer (2006), reforça que se trata de fazer valer tanto o saber da educação inclusiva, quanto da política pública, segundo uma lógica em que se deve adotar uma abordagem pedagógica que atenda a todos os alunos, sem negligenciar aqueles com necessidades educacionais especiais, objetivando desenvolver e implementar uma pedagogia que seja aplicável a todos os estudantes da sala, ao mesmo tempo em que atenda às particularidades daqueles que requerem uma abordagem diferenciada. Essa tarefa demanda a eliminação de estigmas, preconceitos e barreiras que possam impedir a igualdade de oportunidades para cada indivíduo dentro do ambiente educacional.

Fischer (2019) coloca uma alternativa possível, ao destacar que a integração da tecnologia no ensino superior, de maneira geral, tem contribuído

significativamente para aprimorar as práticas pedagógicas e apoiar a educação inclusiva. Portanto, é crucial examinar cuidadosamente as abordagens de aplicação das metodologias ativas, pois isso requer preparação e adaptação adequada para garantir uma educação inclusiva e eficaz. A partir disso, Stainback e Stainback (1999) chamam a atenção de maneira profícua para todas as necessidades dos alunos serem cumpridas.

Por sua vez, Gaiato (2018) colabora conosco ao oferecer algumas orientações e estratégias possíveis para os professores em suas práticas pedagógicas assistirem seus alunos com Transtorno do Espectro Autista durante o processo de ensino. Primeiramente, é recomendado que o educador faça usufruto dos interesses dos alunos como ponto de partida para as atividades, aproveitando temas que despertem o interesse deles, como coisas do seu dia a dia, por exemplo. Portanto, torna-se importante conhecê-los.

Em segundo lugar, torna-se relevante adaptar os materiais, temas e recursos, concentrando-se no objetivo central da atividade e eliminando estímulos secundários ou distrações. O educador deve ainda auxiliar o aluno quando necessário, oferecendo todo suporte, se preciso. Na sala de aula, é benéfico posicionar o aluno com o Transtorno do Espectro Autista próximo ao professor, no sentido que ele possa observar qualquer sinal de dispersão ou desatenção e intervir de forma adequada. Durante as atividades, a prática pedagógica pode designar o referido aluno como seu ajudante e reforçar cada conquista dele com elogios, mesmo que sejam pequenas realizações. É importante fornecer regras claras, preferencialmente com o auxílio de imagens visuais. O uso de recursos visuais é encorajado em todo o processo de ensino, e revisar tarefas mais tarde no mesmo dia de aula pode ser útil. Além disso, o uso de reforçadores, com recursos lúdicos, pode incentivar significativamente o engajamento nas atividades, e a rotina diária pode ser apresentada a ele por meio estratégias visuais para melhor compreensão. (Gaiato, 2018)

De acordo com Sasaki (2003) e Nunes (2013) não podemos perder de vista o valor profundo no uso de tais estratégias nas práticas pedagógicas empreendidas nos dos espaços escolares, pois elas se configuram como recursos essenciais para enriquecer as experiências dos alunos com Transtorno do Espectro Autista e, do mesmo modo, trazendo o aluno para mais próximo da escola, permitindo assim interações entre os pares e fomentando o desenvolvimento de novas habilidades e comportamentos. Portanto, é relevante destacar a importância dos espaços educativos como locais de intercâmbio entre os educadores, onde podem compartilhar suas práticas e experiências. Dessa forma, valoriza-se a colaboração e a melhoria contínua das abordagens pedagógicas.

Reforçando tal visão, Gaiato (2018), nos diz que as instituições educacionais assumem um papel central na vida dos indivíduos, no qual a escola é o principal ambiente social no qual ela passa várias horas diariamente. Nesse

contexto, a escola oferece um ambiente rico em estímulos pedagógicos e sensoriais, fundamentais para a estimulação adequada. Além disso, este contexto propicia uma oportunidade valiosa e única para a socialização de todos os alunos, uma vez que estão inseridas em um espaço com diversos colegas, favorecendo a interação durante várias horas ao longo do dia. Assim sendo, é de suma importância reconhecer as necessidades específicas de cada aluno com Transtorno do Espectro Autista, cuja compreensão pode proporcionar uma melhor compreensão de seu processo de aprendizado e ajudar os educadores a adaptar suas práticas de ensino de forma mais efetiva.

Por outro lado, os estudantes com o transtorno muitas vezes demonstram habilidades em entender e seguir regras claras e concretas, além de se beneficiarem significativamente do uso de informações visuais. Lima (2021), chama ainda atenção para o fato do educador se tornar um agente ativo nestas situações, pois, é por meio dele que há a medicação, tão significativa no processo de inclusão.

Por fim, diante do desafio de promover práticas pedagógicas, fundamentadas numa perspectiva de uma educação inclusiva que seja efetiva para todos os alunos, sejam eles quais forem, se constitui crucial. No que tange, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista, se torna ainda mais imprescindível que os educadores estejam preparados para compreender e atender às necessidades individuais de cada estudante, acolhendo e incluindo em suas práticas pedagógicas. A colaboração entre os profissionais da educação, por meio de espaços educativos que permitam o compartilhamento de práticas e experiências, se mostra ainda como uma estratégia fundamental para a melhoria contínua das abordagens pedagógicas.

Outrossim, não podemos esquecer que a escola deve assumir seu papel como figura central na vida dos alunos, sendo um ambiente rico em estímulos pedagógicos e sensoriais, propiciando a estimulação adequada e a oportunidade de socialização, desenvolvimento e aprendizagem para todos. Reconhecendo e valorizando as especificidades de cada aluno com Transtorno do Espectro Autista, logo cabe aos educadores poderem proporcionar uma atmosfera onde a educação se converta num espaço adaptativo e eficaz, respeitando suas potencialidades e promovendo um ambiente inclusivo onde todos possam se desenvolver plenamente.

Considerações finais

A partir das reflexões aqui postas, a educação inclusiva juntamente aos aportes legais e da política pública oferecem amparo para os processos inclusivos com alunos com Transtorno do Espectro Autista na educação, seja ela básica ou superior e, da mesma forma, podemos ter lugar ainda na possibilidade de desenvolvimento destes alunos nos espaços de aprendizagem. Todavia,

sabemos dos profundos desafios que temos diante de tais processos inclusivos. Por parte dos alunos, às práticas pedagógicas precisam compreender as características e comportamentos específicos do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Com esse conhecimento, o educador pode elaborar atividades adequadas, que atendam às necessidades individuais do aluno quando for necessário.

Para tanto, é essencial estabelecer um ambiente de confiança e empatia entre professor e aluno, permitindo que o aluno se sinta à vontade para expressar seus conhecimentos e interesses de maneira autêntica. Essa conexão positiva entre educador e estudante contribui para um aprendizado mais significativo e uma relação harmoniosa dentro do ambiente escolar. Contudo, sabemos que esta conexão depende do aprofundamento das reflexões destas mesmas práticas.

Nesta concepção, compreendemos que essas reflexões são de extrema importância para promover o reconhecimento da pessoa com autismo como um cidadão com direitos, necessidades e potencialidades. Reiteramos que não se trata de ter uma perspectiva assistencialista diante do fenômeno, mas de elevar o olhar sobre a educação inclusiva e a democratização do ensino. Além disso, é crucial repensar o papel da escola, pois apenas garantir o acesso por meio de Políticas Públicas não é suficiente. É essencial proporcionar formação e apoio adequados aos professores para que possam desenvolver suas práticas pedagógicas de forma inclusiva e efetiva. Assim, a ressignificação escolar torna-se urgente para assegurar a inclusão e o aprendizado significativo de todos os alunos, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista.

Porém, do ponto de vista deste aprimoramento dos estudos, as pesquisas atuais abordadas aqui demonstram que, de modo geral, a prática pedagógica nas escolas e nas instituições de ensino não tem sido eficiente na promoção da aprendizagem dos alunos com o Transtorno do Espectro Autista. Tal cenário, apesar de sofrer melhoras significativas nos últimos tempos, ainda expõe um panorama bem aquém do desejado. Diante disso, para melhor atender aos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com o transtorno, é crucial que a escola reavalie suas abordagens. É necessário ainda abandonar o ensino padronizado e adotar uma perspectiva flexível, atual e baseada em práticas pedagógicas mais abertas atentas à diversidade dos alunos, permitindo que todos tenham a oportunidade de aprender, independentemente de suas características, sejam elas relacionadas a habilidades ou limitações. A valorização das potencialidades e a consideração das necessidades individuais tornam-se fundamentais para uma educação inclusiva e efetiva.

Sustentamos a firme convicção que a construção de uma educação inclusiva, que acolha e promova o pleno desenvolvimento de alunos com deficiências, envolve uma abordagem abrangente que vai muito além do acesso físico à escola. Essa perspectiva inclusiva requer ainda uma reconfiguração do

currículo, adaptando-o para atender às necessidades específicas do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, a forma como a avaliação é conduzida, dentro das práticas pedagógicas, também se torna fundamental, demandando estratégias flexíveis que considerem as habilidades e potencialidades individuais dos alunos, em contraponto a uma avaliação padronizada que pode não refletir com precisão seu progresso e aprendizado.

Contudo, para que essa abordagem inclusiva se efetive, se torna imprescindível investir ainda mais na formação e capacitação dos educadores. Muitas vezes, a formação inicial dos educadores não contempla de maneira adequada as questões relacionadas ao atendimento de alunos com deficiências, deixando lacunas no preparo dos profissionais para lidar com as demandas específicas desses estudantes. Diante disso, se constitui primordial promover uma formação continuada que englobe conhecimentos teóricos e práticos sobre o Transtorno do Espectro Autista, assim como de outras deficiências, bem como estratégias pedagógicas adaptadas e recursos de apoio que podem auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

De igual modo, é extremamente importante fomentar a troca de experiências e a colaboração entre educadores, criando espaços para o compartilhamento de práticas bem-sucedidas e desafios enfrentados na sala de aula. A criação de redes de apoio e suporte, tanto dentro da própria instituição de ensino como em parceria com instituições especializadas, pode ser valiosa para enriquecer o repertório pedagógico de todos os atores sociais envolvidos na educação e proporcionar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor. Ademais, a participação ativa dos pais e familiares dos alunos com o transtorno é precípuo nesse processo.

No que tange ao objetivo deste estudo, a partir das reflexões desenvolvidas aqui sobre o tema de refletir de maneira crítica e contextual sobre os conceitos-chave acerca da educação inclusiva e as práticas pedagógicas atuais, acredito que prestamos valorosa colaboração de pensar o momento atual permeado de avanços, contudo chamando a atenção ainda para os muitos caminhos à serem desbravados. Falar sobre as práticas pedagógicas, formação inicial, política pública, transformações de currículos e afins é fundamental para o desenvolvimento de recursos inclusivos, mesmo que ainda se constituem uma espécie de tabu que demanda-se que caia por terra. Portanto, acredito ainda que tais reflexões constituem a base sobre a qual será pavimentada ações realmente inclusivas que vão além dos discursos e se materializam na prática no dia a dia dos alunos com TEA.

Por fim, o desenvolvimento de estudos desta natureza conclui que não podemos perder de vista que a colaboração entre a escola e a família permite uma compreensão mais ampla das necessidades e características individuais dos alunos, além de fortalecer o elo entre o ambiente escolar e o cotidiano do aluno fora da escola. Assim, é possível perceber que a construção de uma

educação inclusiva para o aluno com deficiência vai muito além da simples implementação de medidas pontuais. Requer uma abordagem holística, que engloba a adequação das estratégias pedagógicas eficazes, assim como a reflexão constante do aprendizado dos alunos e uma formação adequada para os professores. Somente com o comprometimento de toda a comunidade educacional, a valorização da diversidade e o trabalho colaborativo será possível oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual as práticas pedagógicas aproxime os alunos, os inspire e os estimule a se desenvolverem, respeitando e promovendo o potencial de cada aluno, seja ela com o Transtorno do Espectro Autista ou não, isto é, independentemente de suas características individuais.

Referências

- Ainscow, M. (2009). Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? In O. Favero & W. Ferreira (Eds.), *Tornar a Educação Inclusiva* (pp. 11-24). Brasília: UNESCO.
- Almeida, R. M. (2022). Práticas pedagógicas desenvolvidas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na produção acadêmica brasileira.
- Apple, M. W. (1995). *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barberini, K. Y. (2016). A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. *Cadernos de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento*, v. 16, n. 1, p. 46-55.
- Baumel, R. C. R. C. (1998). Escola inclusiva: questionamento e direções. in: Baumel, R. C. R. C & Semeghini, I. (org). *Integrar-incluir: desafio para a escola atual*.
- Beyer, H. O. (2006). Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas. in: Baptista, C. R. et. al. (org.). *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*, p. 1-192.
- Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, LDB. 9394/1996*. Brasil.
- Brasil. (1997). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais 2. ed.* Brasília, DF: Corde.
- Brasil. (1997). *Coordenadoria nacional para integração da pessoa portadora de deficiência – corde. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed.* Brasília: Corde.
- Brasil. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva*. MEC/SEESP. Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: 08 out. 2017.

- Brasil. (2012). Política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista. lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- Brasil. (2015). Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: presidência da república.
- Creswell, J. W. (2021). Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto (5ª ed.). São Paulo: Penso.
- de Moura, L. C., da Silva Conceição, M. L., & de Oliveira, P. R. M. (2023). A importância da família e da escola no processo de aprendizagem no TEA na infância. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(4), 9287-9304.
- de Oliveira Lima, S., de Almeida, M. C., de Oliveira Marquesa, S., & Sousa, S. M. (2021). Práticas pedagógicas: contribuindo para a formação do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Research, society and development*, 10(14).
- França, J. (2011). Fontes e sentidos do medo como prazer estético. Anais do VII Painel Reflexões sobre o insólito na narrativa ficcional. II Encontro regional insólito como questão na narrativa ficcional. Simpósio, 2, 58-67.
- Franco, M. A. do R. S. (2012). Pedagogia e prática docente. São Paulo: Cortez. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).
- Franco, M. A. do R. S. (2016). Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Rev. bras. estud. pedagogia*, v. 97, n. 247, p. 534-551.
- Gaiato, M. (2018). S.O.S Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. 2. ed. São Paulo: Nversos.
- Kanner, L. (1997). Os distúrbios autísticos de contato afetivo. in: Rocha, P. S. (org.). *autismos*, p. 111- 170. Lima, R. S. A. D. (2021). Criatividade nas práticas pedagógicas e inclusão escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA: Revisão bibliográfica.
- Kanner, L. (1943). *Autistic disturbances of affective contact. Nervous Child*. 2:217-50.
- Lima, R. S. A. D. (2021). Criatividade nas práticas pedagógicas e inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista-TEA: revisão bibliográfica.
- Madureira, N. L. V., Xavier, M. J. B., Costa, N. M. V., & dos Santos Flexa, T. T. (2022). Práticas pedagógicas para alunos com TEA: estado da arte em dissertações brasileiras dos últimos dez anos. *Nova revista amazônica*, 10(2), p. 23-37.

- Mitjáns Martínez, A. (2003). *Criatividade, personalidade e educação*. Tradução: Mayra Pinto. 3. ed. Campinas/SP: Papirus.
- Mitjáns Martínez, A. (2008). *Criatividade no trabalho pedagógico e criatividade na aprendizagem: uma relação necessária?* in: Tacca, M. C. V. R. (org.). *Aprendizagem e trabalho pedagógico*, p. 69-94.
- Nuremberg, A. (2016). *Atualização em Transtorno do Espectro Autismo: aspectos relevantes para a atuação na educação básica numa perspectiva inclusiva*. Edital prosocial 2014-15, Florianópolis.
- Nunes, D. R. de P. et. al. (2013). *Inclusão educacional de pessoas com autismo no brasil: uma revisão da literatura*. *Revista de educação especial*, p. 557-572.
- Pereira, D. M.; Nunes, D. R. de P. (2018). *Diretrizes para a elaboração do como instrumento de avaliação para educação com autismo: um estudo interventivo*. *Educação especial*, p. 939-960.
- Pereira, A. G. M. O. (2019). *Inclusão escolar e autismo na educação infantil: a participação de alunos com autismo na construção de práticas pedagógicas em turmas de educação infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense.
- Pereira, R., Lacerda, L., & Teixeira, E. A. (2022). *Capacitação Para a Compreensão do Transtorno do Espectro Autista: Público Alvo e Seus Interesses*. *VEREDAS-Revista Interdisciplinar de Humanidades*, 5(9), 160-175.
- Rodrigues, D. (org.) (2003). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo. Summus editorial.
- Ribeiro, E. L. (2013). *A comunicação entre professores e alunos autista no contexto da escola regular: desafios e possibilidades*.
- Sassaki, R. K. (2003). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA.
- Sassaki, R. K. (2005). *Inclusão: o paradigma do século*, revista da educação especial, p. 19-23.
- Silva, A. S. D. (2023). *Autismo e o ensino de música: uma análise de intervenções baseadas em evidências científicas*. [TCC] – UEA.
- Stainback, S.; Stainback, W. (1999). *Inclusão: um guia para educadores*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes médicas.